



THIAGO CANTARELLI

**O Ceticismo de David Hume nas Perspectivas Lógicas e  
Empíricas**

FLORIANÓPOLIS

2023

Thiago cantarelli

**O Ceticismo de David Hume nas Perspectivas Logikoi e Empereikoi**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação  
em FILOSOFIA do Centro de Ciências  
Sociais da Universidade Federal de Santa  
Catarina como requisito para a obtenção do  
Título de Bacharel em FILOSOFIA.  
Orientador: Prof. Dr. Jerzy A. Brzozowski.

## AGRADECIMENTO

Agradeço a minha futura esposa Taila Cristina Martins Nascimento pela ajuda, apoio e dedicação. Sou grato pelos eventos da causalidade, por ter encontrado você!

Agradeço profundamente a prof. Daniela De Toni do curso de Biologia da UFSC por ter me ajudado, apoiado, incentivado. Sem o esforço e as muitas palavras positivas a entrega desse trabalho certamente não seria possível.

Profundamente grato pela atenção, compreensão e palavras de apoio do orientador prof. *Jerzy A. Brzozowski*. Foram muitos os empecilhos ao longo dessa trajetória. Sem a compreensão dele, certamente, essa caminhada teria outro rumo. Obrigado. Muito obrigado por ter me entendido, me apoiado e me ajudado. Serei eternamente grato.

Dedicatória  
Aos meus pais.

## **RESUMO:**

David Hume é um filósofo nascido em 1711, natural da Escócia. Ficou conhecido por seu empirismo mitigado. Hume propõe uma tese parcialmente cética, porque desenvolve uma teoria na qual a formação da causalidade é condicionada pela natureza da mente sem o auxílio da razão. Para ele o ceticismo seria uma atividade filosófica de investigação. Enquanto os dogmáticos afirmam ou negam uma proposição relativa às causas últimas da experiência. Os céticos não afirmam ou negam proposição alguma. A mente humana, segundo Hume, estaria condicionada a estabelecer uma relação de causa e efeito partindo da concepção que a experiência estabelece aquilo que o autor chama de hábito. Segundo Hume, é necessário cunharmos um novo termo para capturarmos o entendimento sobre as condições do conhecimento humano, este termo tem por finalidade capturar não apenas as qualidades que são perceptíveis pelos sentidos, como, por exemplo, o tato, o olfato, o paladar, a visão e a audição, mas que também exprimam o sentimento humano. Isso é, as *impressões* se referem a um aspecto emocional, e não somente um aspecto sensível. O aspecto emocional pode ser a virtude, a bondade, a dignidade, dentre outros e seriam alcançados, não por serem evidentes para a percepção como qualidades materiais, e sim, porque na presença desses eventos, a alma entende o que são. Assim, o termo cunhado tem por objetivo conter o significado mais profundo da disposição do espírito. Uma impressão não é dicotômica a uma ideia, elas são, em verdade, apenas uma coisa só, porque sem uma não há outra.

Este trabalho objetivou fazer uma análise do pensamento Humeano e das doutrinas mdicas gregas *logikoi* e *emperikoi*, tentando desvendar os elementos que o levaram a propor um ceticismo mitigado,

**Palavra-chave:** Ceticismo; Dogmatismo; empirismo, pirronismo.

## SUMÁRIO

1	Introdução	6
2	Impressões	8
2.1	Ideias	11
3	Princípio de associação de ideias	15
4	Racionalidade	17
5	Experiência	24
5.1	Linguagem e Pirronismo	28
6	David Hume: <i>Empeirikoi</i> ou Cético <i>Pirrônico</i>	32
6.1	David Hume e o Pirronismo	36
6.2	Cético: <i>Empeirikoi</i> ou Pirrônico	39
7	Referências	42
	Conclusão	43

## 1. INTRODUÇÃO

David Hume foi um filósofo nascido em 1711 e é natural da Escócia. Entre suas obras, estão o *Tratado da Natureza Humana* (1739-1740) e a *Investigação Sobre o Entendimento Humano* (1748). Ficou conhecido por seu empirismo mitigado, e a tese humeana compartilha aspectos com as filosofias de, por exemplo, John Locke e George Berkeley (LOCKE, 1959; BERKELEY, 1992), Hume propõe uma tese parcialmente cética, porque ele desenvolve uma teoria na qual a formação da causalidade é condicionada pela natureza da mente sem o auxílio da razão. A mente estaria condicionada a estabelecer uma relação de causa e efeito partindo da concepção que a experiência estabelece aquilo que Hume chamará de hábito (HUME, 1967).

Este trabalho tem por objetivo aproximar a tese filosófica proposta por Hume do método da doutrina médica *empeirokoi* e, assim, propor que ambas as posições se diferenciam do ceticismo pirrônico. O objetivo é apresentar uma possível aproximação que ambas se comprometem com a experiência e a tornam um dogma necessário para que possam alcançar o entendimento sobre os fenômenos. Pretendemos sugerir uma possível compreensão pela qual o cético pirrônico não torna a experiência uma pré-condição para que possamos alcançar alguma Verdade sobre a realidade ou sobre a natureza humana.

Hume propôs que o nosso conhecimento pode ser entendido por duas condições, uma delas é a analiticidade e a outra o sintético. O primeiro é analítico porque é constituído pela razão. Seria o caso da geometria, da física, da matemática, por exemplo. O segundo é originado pela experiência e, assim, não seria possível, neste caso, ter como origem a razão e, portanto, Hume coloca a condição da experiência como pré-condição para a relação de causalidade. O autor desenvolve um entendimento acerca da natureza humana pela qual não somos capazes de crer na razão sem o auxílio da experiência, isto é, primeiro necessitamos de ter adquirido percepções sensíveis para que possamos produzir algum conhecimento acerca da própria experiência. Hume, na seção II irá dizer que necessitamos das impressões, de modo breve, podemos dizer que, elas são os dados dos sentidos pelo qual adquirimos algum dado cognoscível da experiência. Para o autor, as percepções imprimem na mente uma ideia. As ideias são constituídas de qualidades sensíveis, cor, cheiro, sabor, texturas etc. as quais podem ser agrupadas, como, por exemplo, uma montanha de ouro. Porém, nenhuma ideia é dissociada da experiência, pois as ideias complexas são redutíveis as ideias simples que, por sua vez, devem ter como origem as impressões. Na seção III Hume vai propor que as ideias podem ser associadas

por três mecanismos que estão envolvidos nesse processo de associação. Esses mecanismos seriam a semelhança, contiguidade e relação de causa e efeito.



## 2. IMPRESSÕES

É importante que o leitor tenha em mente que Hume apontará, logo no início da Seção III; DA ORIGEM DAS IDEIAS (Hume, 1972), que é necessário cunharmos um novo termo para capturarmos o entendimento sobre as condições do conhecimento humano. Este termo teria por finalidade capturar não apenas as qualidades que são perceptíveis pelos sentidos, como, por exemplo, o tato, o olfato, o paladar, a visão e a audição, mas que também expressem o sentimento humano. Isso é, as *impressões* manifestam um aspecto emocional, e não apenas as qualidades sensíveis (1972, p. 16). O aspecto emocional pode ser a virtude, a bondade, a dignidade, além de outras, e seriam alcançadas, não por serem evidentes para a percepção como qualidades materiais, e sim, porque na presença desses eventos, a alma entende o que são. *Esses juízos sobre os eventos qualitativos da vivência é o que Hume chama de impressão*. Assim, o termo cunhado tem por objetivo conter o significado mais profundo da disposição do espírito. Uma impressão não é dicotômica a uma ideia, elas são, em verdade, apenas uma coisa só, porque sem uma não há outra, segundo Hume (1972).

“[...] assumindo dupla forma, como impressões e como ideias, distingue-se em grau e não em natureza”. Ou seja, uma ideia depende de uma impressão, porque se a ideia trata das qualidades sensíveis da experiência, então, seria as impressões que causam na alma essa sensação de confiabilidade nas qualidades sensíveis. Isso é importante, porque a distinção entre ideias e impressões ocorre, segundo o que propõe Hume, em um nível teórico e não cognitivo (1972, p. 16) afirma: “Pelo termo impressão, entendo, pois, todas as nossas percepções mais vivas, quando ouvimos, vemos, sentimos, amamos, odiamos, desejamos ou queremos”. Ou seja, o termo impressão pressupõe a faculdade da memória, porque sempre nos lembramos de outrora, e assim, reconstruímos a ideia sobre essas impressões. Segundo Pettersen (2006, p. 24), além de Morris (2010) “nossas ideias, onde em última instância, só podem ser significativas quando tiverem como origem uma impressão”.

A impressão é aquela experiência que nos auxilia no mundo, sendo assim, nós somos consequência das impressões que adquirimos das coisas. Se sei o gosto da maçã-gala é porque tive uma impressão sobre as qualidades desse fruto. Essas qualidades são reconstruídas pela memória, ou seja, passam a ser uma representação mental e, então elas me fornecem uma confiabilidade aos dados adquiridos pela percepção, isso porque há uma convergência entre as impressões e as ideias, formando, assim, uma experiência-de-mundo. Isso quer dizer que todo juízo humano tem como guia a experiência, e uma ideia

sempre evocará uma intensidade inferior, porque ela jamais poderá se tornar o guia da conduta humana.

A confiabilidade que Hume deposita nas impressões sugere que o conhecimento factual é causado pelas disposições sensíveis que estamos presentes.

“Para Hume, crença é a associação de uma impressão presente, que é inegável para nós, a uma ideia passada (na memória). É a partir da conexão que é estabelecida entre o passado e o presente que as crenças são geradas. A partir dessa formação da crença, podemos antecipar como um evento se desenrolará, mesmo antes que ele aconteça, como, por exemplo, quando, ao ver uma chama, acreditamos que ela poderá nos queimar. Nesse sentido, a crença é o que faz com que atribuamos continuidade ao mundo, sendo responsável pelas nossas ações serem do modo que são”. (Pettersen, 2006, p. 26)

Isso decorre da condição que a impressão sempre está associada numa intensidade que é construída pelo hábito. Não sabemos o gosto de um fruto sem que o degustemos, do mesmo modo que não há como formar uma confiabilidade nas qualidades externas desse fruto, se caso não possuímos a confiabilidade das qualidades que são apresentadas. Isso quer dizer que, se o fruto é doce e formamos a ideia de doçura, então essa sensação, a doçura, será manifestada sempre que for reconstruída na mente, ainda que num nível de intensidade inferior a percepção.

“Quando refletimos sobre nossas sensações e impressões passadas, nosso pensamento é um reflexo fiel e cópia de seus objetos com veracidade, porém as cores que emprega são fracas e embaçadas em comparação com aquelas que revestiam nossas percepções originais” (Hume, 1972, p. 16).

As “ideias” são cópias das “impressões”, sendo que as primeiras se diferenciam das segundas pela intensidade proveniente da sensação, Pettersen (2006, p. 23), então:

Para Hume, as relações de ideias são justificadas por elas mesmas, dito de outro modo, elas são analíticas. São apenas uma pequena parte do conhecimento humano e sozinhas não explicam nada a respeito da natureza, por não tratarem da experiência. A maior parte dos “objetos da razão” humana está fundada nas questões de fato, que versam sobre a ligação causal na experiência. Ao contrário das relações de ideias, todos os enunciados das questões de fato são sintéticos, uma vez que provêm da ligação dos eventos na experiência. Para Hume, só existe conhecimento quando ligamos as ideias através de uma relação causal sinteticamente. (Pettersen, 2006, p. 27)

O modo de dissociação entre impressões e ideias ocorre porque estamos tratando do grau de assentimento aos nossos próprios sentimentos. A intensidade não é causada imediatamente pela percepção, isso porque, se fosse o caso, uma perturbação mental incumbiria a aceitação pelo espírito como sendo uma impressão, ao invés de uma ideia. Chibeni (2005, p. 7) “[...] notando que a crença não pode resultar de uma ideia especial que se anexe à ideia do objeto no qual se crê, pois, caso contrário, dada a liberdade da imaginação de unir ideias, poderia crer no que quisesse”.

O juízo sobre o estado da mente fantasmagórica dependeria da razão e seria improvável que estivéssemos capacitados para conhecer o que não nos foi apreendido pela experiência. Nisso parece consistir a ideia de que o conhecimento humano depende da exposição factual para que se estabeleça no espírito o sentimento de confiabilidade. É a exposição constante pela qual as coisas apresentam certas qualidades que são apreendidas pela percepção e, então fazem com que se tornem regulares para o espírito, e assim, passamos a ter a confiabilidade na experiência e nos sentidos.

“Supondo, então: uma pessoa que gozou do uso de sua visão durante trinta anos e se tornou perfeitamente familiarizada com cores de todos os gêneros, exceto com um matiz particular do azul, por exemplo, que nunca teve a sorte de ver. Colocai todos os diferentes matizes daquela cor, exceto aquele único, defronte daquela pessoa, decrescendo gradativamente do mais escuro ao mais claro. Certamente, ela perceberá um vazio onde falta este matiz, terá o sentimento de que há uma grande distância naquele outro.” (Hume, 1972, p.19)

## 2.1 IDEIAS

As *ideias*, para Hume, são qualidades que pertencem aos objetos da experiência. Elas são estabelecidas na mente humana a partir da percepção sensível, e, de acordo com Hume (1972, p. 15) “O máximo que podemos dizer delas, mesmo quando atuam com seu maior vigor, é que representam seu objeto de um modo tão vivo que *quase* podemos dizer que o vemos ou que o sentimos”. Hume entende que as *ideias* se originam da experiência e são formadas na mente, uma vez que extraímos certas qualidades que se apresentam aos sentidos. Sendo assim, a mente teria a tarefa de produzir uma reconstrução dessas qualidades. O autor observa que, mesmo que a mente reconstrua uma qualidade da experiência, por exemplo, cor, cheiro, forma geométrica etc., ainda assim, essa reconstrução sempre será uma representação, porque essa ideia não evoca o mesmo sentimento de quanto estamos vivenciando a experiência.

Como um empirista, ele vai dizer que tudo que há em nossas mentes é fruto das nossas percepções. Essas percepções são de dois tipos, que compreendem a distinção entre sentir e pensar. O que sentimos é mais forte, evidente e sem dúvidas – é o que Hume chamou de “*impressões*”. Já o que pensamos é menos claro e algumas vezes carregado de dúvida – este tipo de percepção foi denominado por ele de “*ideias*”. (Pettersen, 2006, p.23).

A intensidade é algo significativo na proposta de Hume, porque há uma diferença do grau de vivacidade entre *ideias* e *impressões*. Segundo Hume, uma ideia é sempre inferior a uma impressão, visto que as ideias evocam uma intensidade menor, elas são representações mentais. Para analisarmos o que Hume propõe, podemos recorrer a um simples exemplo. Por exemplo, ao estarmos presentes na experiência num dia de feira livre, então iremos sentir os cheiros dos legumes, verduras, frutas etc., também iremos tatear os alimentos e saboreá-los, assim, tais qualidades cognoscíveis tornam-se atrativas. Seria através das qualidades que nós identificamos os alimentos e sabemos do que se trata: o sabor, a textura etc. Essas mesmas qualidades que nos foram apreciativas na experiência não causam o mesmo apreço quando são consideradas como ideias. Isso porque, para Hume, uma ideia não reconstrói a experiência com suas qualidades e intensidade, e sim, produz uma imagem (representação mental), porque não há vivacidade, movimento e intensidade.

“Hume prossegue, afirmando que para estabelecer a existência da causa temos só dois meios: ou por uma percepção imediata da memória ou sentidos, ou por uma inferência a partir de outras causas” (Chibeni, 2005, p. 4)

Hume avança em sua tese e nos sugere que não basta entendermos a distinção sobre os diferentes níveis de intensidade. Tal que, é necessário entender que as ideias podem ser decompostas, digamos, de dois modos. É factível que os objetos da experiência sejam identificados por nós pelas qualidades que apresentam. Nesse sentido, é necessário que nós estejamos capacitados pelos sentidos para sentir o odor, o sabor, o formato e sentir a textura. Mas, em muitas ocasiões a experiência se mostra como um grupo de qualidades e nós não as dividimos para ter um juízo. (Smith, 1995 apud Danowski, 1998, p. 243), “Na verdade, se for para designar a mera coleção de qualidades distintas, o conceito de substância já quase não tem serventia no discurso filosófico”.

Mas, além dessa descoberta do significado “correto” da ideia de substância, ou seja, das verdadeiras impressões de sensações que se encontram por trás desse termo, Hume empreende na seção III da parte IV uma outra análise, que busca compreender os princípios da natureza humana que fazem com que, por exemplo, a filosofia antiga acredite poder atribuir ao termo um significado diferente (o que constituiu propriamente a razão da crítica humeana)” (Smith, 1995 apud Danowski, 1998, p. 243-244). O que Plínio Smith pretende mostrar (*ibid*) é que, no caso da ideia de substância como no de diversas outras, não se pode separar o percurso que, guiado pelo princípio da cópia, nos leva das ideias às impressões, e o que, seguindo a síntese operada pelos princípios da imaginação, nos leva das impressões às ideias. Assim, por exemplo, na investigação sobre a ideia de conexão necessária, no *Tratado*, “é a busca da impressão original que põe em marcha a busca pelos princípios da imaginação” (p. 176); mas, por outro lado, sem recorrer à síntese operada pelo hábito (que Plínio Smith identifica como um dos princípios da imaginação), jamais poderíamos determinar essa impressão. Em suma, traçar a origem de nossas ideias e explicar a gênese de certas ficções não passariam de dois aspectos das relações que certas impressões mantêm com certas ideias. Buscar a impressão original não se dissocia de elaborar uma descrição dos processos genéticos da imaginação ao produzir nossas ideias” (p. 178). (*ibid*)

Se considerar que as ideias são reconstruídas a partir das sensações, então, quando estamos tendo uma impressão, por exemplo, num momento de feira no qual observamos diferentes frutas e legumes etc. então podemos imaginar os sabores, as texturas etc. acerca das experiências passadas. Isso quer dizer que, parece que Hume entende que não se pode decompor em nível quantitativo as qualidades do objeto na experiência, porque

a mente não produz um juízo acerca de todas as qualidades do objeto, e sim, forma um juízo pelas qualidades que são indicativas.

“Seguindo o espírito da teoria humiana, vários autores tentaram analisar leis como sendo algo da forma “regularidades + X”, em que X seria alguma espécie de qualificação que resolveria o problema, indicado acima, de distinguir generalizações nômicas de generalizações acidentais. As primeiras tentativas envolviam aspectos sintáticos semânticos que seriam propriedades essenciais das proposições e poderiam ser descobertas *a priori*” (Aguilar, 2013, p.81).

Ao comparar dois itens de uma mesma natureza, nosso juízo não avalia todos os aspectos quantitativos, e sim os qualitativos, por exemplo, se observamos duas variedades de maçã: uma maçã-red e a maçã-gala, então, avaliamos as qualidades externas, encontraremos o que as diferem tal como o tamanho e a intensidade da cor. O sabor não faz parte do juízo imediato, mas da ideia que faço de outrora ter ingerido esses frutos distintos. Se fosse possível substituir uma das qualidades, por exemplo, da cor da maçã argentina para a maçã-gala, então produziríamos um juízo acerca de algo que não corresponde à ideia que temos dos dois frutos, uma vez que a qualidade da cor é dissociativa na ideia que reconstruo. Sendo assim, Hume sugere que as ideias devam ser entendidas através de níveis de complexidade. Ou seja, as qualidades podem ser agregativas e, assim, formar uma ideia independente da necessidade de correspondência para a experiência.

A mente recria através da imaginação uma experiência fictícia em arquitetar as qualidades e agregá-las e, deste modo, uma ideia é um objeto da mente que evoca na alma uma intensidade inferior à impressão. Ideias são cópias das qualidades das impressões, e podem ser agregativas, reunindo diversos elementos, ainda que as qualidades sejam originadas pela percepção.

Retomando a questão das partes componentes dos raciocínios causais, o próximo item examinado por Hume – e desta vez de forma detalhada – é o das inferências causais propriamente ditas, ou nos seus termos, a “inferência da ideia a partir da impressão”. Esse assunto é por demais conhecido, de modo que aqui me limitarei a lembrar a conclusão a que Hume chega: Tal inferência “não está suportada por nenhum raciocínio ou processo do entendimento”. Todavia, isso não parece significar, para Hume, o abandono de toda esperança de fundamentação das inferências causais. Notando que dessas inferências “depende quase todo o nosso conhecimento”, Hume acrescenta: “Se a mente não é levada a efetuar esse passo por argumentos, tem de ser induzida por algum princípio de igual peso e autoridade” (*ibid*). Tal princípio é identificado como o

“Costume ou Hábito”, que se estabelece na mente a partir da observação da conjunção regular de objetos ou eventos do mesmo tipo” (Chibeni, p.5)

As ideias podem ser entendidas de dois modos. O primeiro sentido são as ideias simples. Estas são essencialmente aquelas ideias que não seriam decomponíveis em outra. Elas não teriam sua origem numa conjunção ou agregação tal como se caracteriza as ideias complexas. Uma ideia simples é uma percepção que a mente adota como unitária, e que não evoca um sentimento que aquela ideia seja composta por conjunções de outras ideias. No entanto, as ideias complexas são aquelas que formam na mente uma representação agregativa, nestes casos, uma ideia complexa pode ou não corresponder à experiência, e a mente pode reunir quaisquer qualidades e elaborar um objeto inexistente de acordo com Hume (1972, p.17): “Em resumo, todos os materiais do pensamento derivam de nossas sensações externas ou internas; a mistura e composição deles dependem do espírito e da vontade”. Diferente de uma ideia complexa e da liberdade associativa pela faculdade da imaginação, uma ideia simples sempre corresponderá a experiência, porque são elementos tão necessários ao homem que somos incapazes de formar qualquer ideia complexa que não possa ser decomposta em ideias simples.

“Entretanto, embora nosso pensamento pareça possuir esta liberdade ilimitada, verificaremos, através de um exame mais minucioso, que ele está realmente confinado dentro dos limites muito reduzidos, e que todo poder criador do espírito não ultrapassa a faculdade de combinar, de transpor, de aumentar ou de diminuir os materiais que nos foram fornecidos pelos sentidos e pela experiência” (Hume, 1972, p.17)

### 3. PRINCÍPIO DE ASSOCIAÇÃO DE IDEIAS

O conhecimento humano sempre foi de interesse dos filósofos, uma vez que estes buscam entender as razões que constituem o modo pelo qual o adquirimos. Hume também manifesta esse interesse e propõe uma pesquisa rigorosa sobre as condições pelas quais o conhecimento poderia ser adquirido. Nesse sentido, há três operações da mente que o autor propõe como condições para a aquisição do saber humano. São elas: Semelhança, Contiguidade e Causalidade.

Os objetos, para Hume, contêm qualidades e a mente pode extrair desses objetos, apenas as qualidades externas. Assim, há uma conexão do modo que os objetos são apresentados e do modo que as qualidades estão agrupadas. Isso quer dizer que, uma maçã-*red* jamais poderá ser uma maçã-*gala*, ainda que ambas sejam *maçãs*, ambas sejam *vermelhas* e ambas tenham um *formato esférico*. Isso porque a mente é autônoma em diferenciar certas nuances nos objetos. Desse modo, os objetos da experiência sempre serão semelhantes a outros objetos e jamais idênticos. Hume (1972, p.158) comentou que:

“Os princípios associativos baseiam-se na “relação natural”, pois decorrem da propensão da imaginação de efetuar a fácil transição de uma impressão para uma ideia, ou de uma ideia para outra ideia.”

De modo geral podemos entender que a associação de semelhança sugere ao espírito que as qualidades são associativas. Isso quer dizer que a mente causa dissociação do mesmo modo que produz associação entre qualidades. Esse procedimento da mente é manifestado sem o auxílio da razão, e sim, pelo espírito, como podemos entender nas palavras de Hume (1972, p. 21) “Quando se menciona um apartamento de um edifício, naturalmente se introduz uma investigação, ou uma conversa acerca de outros”.

Uma outra condição ao conhecimento humano é a contiguidade. Essa disposição do espírito surge porque tanto a causa como efeito são cognoscíveis, mas não extrai nenhuma asserção sobre o futuro, pois, não há como dissociarmos uma experiência vivenciada e substituí-la pelo pretensioso saber *a priori*. Isso porque a contiguidade é estabelecida pela experiência constante em que não há dissociação da causa ao seu efeito. Essas proposições de natureza dedutiva jamais permitiriam ao espírito inferir que os conceitos “dor” e “doente” não tenha sido causado por quem está “ferido” ou que possui



“enfermidade”. Nosso consentimento à contiguidade pressupõe que a ocorrência do fato é entendida pela ocorrência do entendimento, isso é o que nos sugere Hume (1972, p.21) “Quando se menciona um apartamento de um edifício, naturalmente se introduz uma investigação ou uma conversa acerca de outros”. O autor parece entender que o espírito demonstra uma disposição voluntária para acreditar que um ferimento se segue de dor, do mesmo modo que um doente teria sido medicado, pois;

Hume acrescenta que, quando o espírito faz, de modo constante e uniforme, e sem qualquer base racional, a transição entre percepções, acha-se influenciado por este tipo de relação. Sugere-nos, assim, que a “relação natural” consiste na transição irrefletida, habitual e associativa entre as ideias” (Hume, 1972, p.158)

Isso sugere que a contiguidade é de origem à *posteriori*. O nosso conhecimento sobre a contiguidade se exaure na própria crença que temos sobre o entendimento daqueles conceitos inteligíveis.

“Entre os idiomas mais diferentes, mesmo naqueles em que não podemos supor a menor conexão ou comunicação, encontramos que as *palavras que exprimem as ideias* mais complexas quase se correspondem entre si, o que é uma prova segura de que as ideias simples, compreendidas nas ideias complexas, foram ligadas por algum princípio universal que tinha igual influência sobre todos os homens” (Hume, 1972, p.21, grifo do autor)

#### 4. RACIONALIDADE

Há uma distinção das operações que envolvem a cognição. E podemos elencar que a primeira delas é a condição lógica pela qual produzimos as inferências. Todos os raciocínios que são *válidos*<sup>1</sup> dependem da estrutura em que são construídos, mas para que isso seja possível é necessário que demos aos nossos pensamentos uma representação simbólica. O assentimento racional no interior da estrutura é o que podemos chamar de ‘postulado’. Isso quer dizer que, não é necessário que haja demonstração desses termos, visto que eles são necessários para que possamos verificar a consequência lógica que pretendemos extrair.

“(…) o máximo esforço da razão humana consiste em reduzir os princípios, produtivos dos fenômenos naturais, a maior simplicidade, e resolver os muitos efeitos particulares em umas poucas causas, por meio de raciocínios da analogia, experiência, e observações. (...). Elasticidade, gravidade, coesão das partes, comunicação do movimento por impulso; estes são provavelmente as últimas causas e princípios que nós descobriremos na natureza; e nós podemos julgar-nos suficientemente felizes, se, por um inquérito acurado e raciocínio, podermos traçar os fenômenos particulares até, ou quase até, estes princípios gerais”. (Aguiar, 2013, p.80).

Isto é, verificamos a estrutura racional dos nossos juízos analíticos.

Hume (1972, p.38) “Mas, se vós insistis em que a inferência é feita por uma cadeia de raciocínios, desejaria que vós construísseis este raciocínio”. E, também para Souza (2013, p.72) “Para Hume, a indução, ao contrário da dedução, é antes um comportamento mental que um raciocínio”.

Sendo assim, se podemos postular uma condição inicial sem a necessidade de demonstração, pois, neste caso inicial, estamos fazendo uso da linguagem ordinária em representações, por exemplo, algébricas, então a propriedade daquilo que dizemos é incognoscível na experiência imediata e depende do intelecto para que se torne cognoscível.

Talvez a principal motivação das concepções empiristas, em um sentido amplo, ao analisar diversas noções – tais como causalidade, chances e leis – seja a de evitar postular a existência de fatos e propriedades modais, que nem sempre estão manifestas, e substituí-los por fatos e propriedades ocorrente, solúvel e modal. (Aguiar, 2013, p. 80).

---

<sup>1</sup> Consequência lógica.

A relação entre o significado que damos ao representante, no caso, o nome, depende da condição do intelecto de associar um atributo correspondente. Por exemplo, o nome ‘reta’ e a propriedade de ser uma ‘reta’ não mantém nenhuma condição de necessidade enquanto experiência factual. Contudo, jamais seria aceito que o nome ‘reta’ fosse associado a outra condição que não seja derivada do entendimento que temos sobre o significado correspondente.

Isso quer dizer que há conceitos fundamentais que não dependem da experiência factual, porque são aceitos sem demonstração, é o caso do uso dos termos de uma linguagem lógica ou ordinária. Nesse sentido, as proposições utilizam-se da linguagem e não mantêm um critério de necessidade entre os termos em relação aos fatos. Isto quer dizer que, quando dizemos de uma condição referencial, por exemplo, que há um ovo de algum animal e extraímos dessa experiência particular um dado conhecimento, que, por exemplo, ele nos alimenta. Então, na presença de outro item de semelhante aparência acreditamos que possamos referir a mesma ocorrência, ou seja, utilizamos do mesmo nome que atrelamos ao item posterior. Disso resulta que, assim, da mesma conclusão obtida anteriormente pela experiência temos novamente a mesma certeza. Tal procedimento de atrelar o mesmo nome ao item semelhante pressupõe que os itens apresentariam as mesmas condições pelas quais um dos itens já se tornou conhecido. De tal modo, acreditamos que as aparências nos fornecem algum conhecimento acerca dessas propriedades. Feito esse primeiro procedimento, então observamos todos os ovos numa compreensão racional. Ou seja, tanto para os ovos que tivemos experiência como para aqueles que nunca tivemos se segue de inferimos que:  $\forall x(F(x) \rightarrow P(x))$ .

Hume comenta que:

Quando uma pessoa afirma: tenho encontrado em todos os casos anteriores tais qualidades sensíveis conjugadas com tais poderes ocultos; e quando assevera: qualidades sensíveis semelhantes, não estarão sempre conjugadas com poderes ocultos semelhantes, não pode ser acusada de tautologia, pois estas proposições diferem em todos os aspectos. Dizeis que uma proposição é inferida da outra, porém deveis admitir que a inferência não é intuitiva, nem tampouco demonstrativa. De que natureza é ela então? Responder que deriva da experiência, significa cometer uma petição de princípio. Porque todas as inferências provenientes da experiência supõem, como seu fundamento, que o futuro se assemelha ao passado, que poderes semelhantes estão conjugados com qualidades sensíveis semelhantes” (Hume, 1972, p.41).

Os termos de uma linguagem dependem do entendimento inteligível da razão, Hume (1972, p. 29) “Todos os objetos da razão ou da investigação humana podem dividir-se naturalmente em dois gêneros, a saber: relações de ideias e relações de fatos. Ao primeiro pertencem as ciências da geometria, da álgebra e da aritmética”. Nesse aspecto, a linguagem ordinária é aceita como condição necessária para deduzirmos a relação sobre determinada representação que inferimos. Uma proposição como: “*O lado oposto ao ângulo reto é a hipotenusa*” está assumindo uma outra afirmação, na qual, “*Para determinarmos um plano precisamos de no mínimo três pontos*” e, por consequência essa última implica que, “*Por dois pontos distintos passa uma única reta*”. Tais asserções possuem atributos como *reta* e *ponto*, e estes atributos não são coisas cognoscíveis na experiência, nem são demonstráveis pelos sentidos, e sim, é entendido e representado pelo intelecto.

O que Hume irá extrair daí é que, necessariamente, a primeira condição da cognição supõe que asserções racionais que utilizam da linguagem poderiam gerar contradições, uma vez que, procurássemos delinear a relação do que é o conteúdo inteligível distinguindo-o da coisa em si mesmo. Por exemplo, se uma *reta* é constituída de pontos retilíneos ou é constituída de um comprimento maior que um ponto. Então, teríamos que verificar empiricamente a condição factual da experiência que se evidencia sobre o que é um *ponto* e o que é uma *reta* e a relação de necessidade.

A essas diversas uniformidades, quando constatadas por aquilo que se considera uma suficiente indução, chamamos, na linguagem comum, leis da natureza. Cientificamente falando, essa expressão é empregada num sentido mais restrito para designar as uniformidades quando reduzidas à sua expressão mais simples (Aguiar, 2013, p.84).

Contudo, segundo Souza (2013, p.72) devemos considerar que:

Essa concepção foi denominada de “naturalismo humeano”, e possui alguns defensores no século XX, dentre os quais encontra-se o filósofo norte americano W. V. Quine, que se apoia no darwinismo para afirmar que “criaturas inveteradamente erradas nas suas induções têm uma tendência patética, porém louvável, de morrer antes de reproduzir a sua espécie” (Quine, 1980). Desse modo, a força que leva a imaginação a unir as ideias numa indução correta é a seleção natural: se não fossemos capazes de inferir, a partir de casos particulares, leis gerais, simplesmente não poderíamos ter sobrevivido como espécie.

Que o quadrado da hipotenusa é igual a soma do quadrado dos dois lados, é uma proposição que exprime uma relação entre estas figuras.

Que três vezes cinco é igual à metade de trinta exprime uma relação entre estes números. As proposições destes gêneros podem descobrir-se pela simples operação do pensamento e não dependem de algo existente em alguma parte do universo. Embora, nunca tenha havido um círculo ou um triângulo, as verdades demonstradas por Euclides conservarão para sempre sua certeza e evidência. (Hume, 1972, p.29).

Bicudo (2009) afirma que “E, caso uma reta, caindo sobre duas retas, faça os ângulos interiores e do mesmo lado menores do que dois retos, sendo prolongadas as duas retas, ilimitadamente, encontrarem-se no lado no qual estão os menores do que dois retos.” Contudo, temos a partir do quinto postulado de Euclides investigações que deram origem a teorias geométricas que são não-euclidianas, tal como a elíptica e a hiperbólica.

Uma contradição poderia se seguir, se caso levantássemos uma questão sobre o conteúdo semântico que é inteligível. Isso porque normalmente não aceitamos que termos teóricos que recebem um entendimento inteligível possam inferir uma contradição. Os termos que foram associados às representações nos asseguram, de certo modo, que podemos verificar inconsistências (contradições) a partir da investigação das condições iniciais. Ou seja, podemos verificar a estrutura argumentativa pela qual diferentes condições iniciais podem alcançar igual força argumentativa, como, por exemplo, as teorias não-Euclidianas. Sendo que, nestes casos, ou a teoria Euclidiana é correta ou ela não é, porque não é possível que seja verdadeira e ao mesmo tempo não seja ( $a \vee \neg a$ ).

Num exemplo mais simplificado. Assumindo o uso dos termos: “Homem” como universal para todos os hominíneos do gênero *Homo*. “*Homo sapiens*” como nomenclatura para a classificação da nossa espécie e “Sócrates” para um desses indivíduos. Podemos inferir dedutivamente que: *Se Sócrates é homem, então é H. sapiens*. Podemos afirmar uma contradição caso viéssemos a descobrir que a espécie *H. sapiens* não deve ser classificada pelas qualidades que compreendemos. Como, por exemplo, o pensamento simbólico e a linguagem simbólica. Nesse sentido, se fosse evidenciado que o *H. neandertalensis* possuísse pensamento simbólico e linguagem simbólica, então a consequência lógica teria que ser revisada, pois, os termos tornaram-se incapazes de demonstrar o conteúdo inteligível da razão; os termos, neste caso, sugerem uma incoerência sobre o que estamos afirmando. Isto é, o primeiro aspecto da cognição é o racional, porque atribuiu um entendimento aos termos da linguagem. Isso pode ser entendido quando, por exemplo, segundo Hume (1972, p 31), acontece que “Um homem, ao encontrar um relógio, ou qualquer outra máquina, em uma ilha deserta, concluiria que

outrora havia homens nessa ilha” – você entende o significado dos termos e pressupõe que conhece o termo ‘relógio’, quando lê a afirmação acima.

Para Hume a razão nos autoriza a associar nomes como atributos de coisas e pensamentos. Isto é, quer estes nomes sejam materiais como “cadeira” ou abstratos como “números” (etc.). Uma vez apreendida pelo intelecto a associação dos atributos, então torna-se possível verificar a demonstrabilidade de uma proposição, isto quer dizer que, o próprio pensamento implica na construção de condições necessárias para que se siga a verdade.

O conceito de *verdade* toma um sentido oposto ao *fato*, porque o primeiro é compreendido como sendo parte das leis do pensamento que regem o sistema<sup>2</sup> e sustentam a noção de racionalidade.

Mas, à primeira vista, poderia parecer que esta mesma verdade não é tão evidente em relação aos eventos que nos são familiares desde o nosso nascimento, que tem estreita analogia com todo o curso da natureza e, como se supõe, dependem das qualidades simples dos objetos, sem a intervenção de elementos de estrutura desconhecida. Desta maneira, somos levados a imaginar que poderíamos descobrir estes efeitos sem auxílio da experiência, recorrendo apenas às operações da razão. (Hume, 1972, p.32)

Nenhum sistema dedutivo poderia afirmar que termos opostos no intelecto se qualificam num mesmo significado inteligível. Por exemplo: “*Que a hipotenusa é a soma dos quadrados dos catetos*”, não fosse verdadeiro. Isso porque os termos são aceitos como propriedades do intelecto e há um critério de necessidade, deste modo, não são considerados no aspecto empírico (fatos). Em outro exemplo, poderíamos afirmar que, “*o quadrado é redondo*” e seria necessariamente contraditório, já que esses termos se opõem ao conteúdo que os associamos no entendimento. Portanto, num sistema racional se pressupõe que os termos que envolvem uma asserção serão aceitos no intelecto, e que, sendo assim, a contradição<sup>3</sup> se segue pelos princípios fundamentais pelas quais o intelecto constrói o sistema dedutivo. Isto é, todas as inferências da razão dependem dos termos que são associados aos atributos pelo intelecto, por exemplo, “*O Sol é a Lua*” é necessariamente uma asserção falsa.

A ideia de que a linguagem possa ser entendida como um sistema referencial e recursivo implicaria que o próprio sistema seja capaz de verificar inconsistências relativas

---

<sup>2</sup> Leis do pensamento: lógica.

<sup>3</sup>  $\neg (a \wedge \neg a)$ .

à experiência-de-mundo. Por essa razão, o princípio da contradição é interpretado por Hume como uma das condições que nos permite verificar o uso que fazemos da linguagem. Contudo, o autor entende que a razão é dicotômica, isto é, haveria dois aspectos fundamentais sobre as inferências que produzimos. O primeiro deles é o racional, isto é, inferências dedutivamente válidas como, por exemplo, as proposições da geometria, álgebra e aritmética. A experiência, segundo Hume, estaria constantemente fora do alcance das coisas que podemos apreender a partir da dedutibilidade e, portanto, não haveria como encontrar contradições em relação aos fatos. O fato não gera nenhuma contrariedade, porque é sempre possível inferirmos que pela regularidade da natureza até então sempre seguida de uma relação de causalidade, passamos a inferir que a alteração do curso dos eventos não nos serve como critério para alegarmos que houve uma contradição em relação ao entendimento que sempre é esperado, e que deveria pela nossa habitual relação de causalidade sempre seguir de ocorrer do mesmo modo, ou seja, manifestar-se necessariamente como regular.

Segundo Hume:

Todos os raciocínios dividem-se em duas classes: raciocínios demonstrativos, que se referem às relações de ideias e os raciocínios morais que se referem às questões de ideias e de existência. Parece evidente que os últimos não englobam argumentos demonstrativos, pois não é contraditório o fato de que o curso da natureza pode modificar-se e que um objeto, aparentemente semelhante aos já observados, possa ser acompanhado de efeitos diferentes ou contraditórios. (Hume, 1972, p. 39)

Segundo Bolzani, (2014):

A experiência é necessária para inferir um efeito de uma causa” e acrescenta que “Se nunca tivéssemos passado pela experiência de observar um corpo solto no ar, então não poderíamos dizer com certeza que o efeito desse fato seria que o corpo cairia [...] Estou sendo capaz de conceber para efeitos possíveis deste fato. E, eu prefiro essa possibilidade porque a experiência me obriga, me conduz e me leva a dar essa preferência. (Bolzani, 2014)

Sendo assim, o âmbito da experiência, podemos dizer, se opõe ao âmbito da verdade. Enquanto a verdade parece exigir que se alcance dedutivamente uma consequência lógica, do outro lado, temos que a experiência não pode ser apreendida dedutivamente, pois, nestes casos, ela geraria uma petição de princípio como podemos verificar nas palavras do próprio Hume.

Temos dito que todos os argumentos referentes à existência se fundam na relação de causa e efeito; e que todas as nossas conclusões experimentais decorrem da suposição que o futuro estará em conformidade com o passado. Portanto, tentar provar a última conjectura, por argumentos prováveis, por argumentos referentes à existência, consiste, certamente, em girar num círculo e dar por admitido o que precisamente se problematiza. (Hume, 1972, p. 39)



## 5. EXPERIÊNCIA

O *fato* para Hume prevalece sobre a razão na medida em que a experiência se torna a única medida para as ações humanas. Não haveríamos de não acreditarmos que um evento natural não seja regular, caso não aconteça nenhum fator que o modifique.

O princípio de uniformidade é a tese de que a natureza é uniforme em suas operações em qualquer região do espaço e em qualquer intervalo do tempo. Basicamente, consiste em afirmar que as leis da natureza são invariáveis e continuarão operando no futuro tal como operaram no passado. A consequência disso é que podemos supor que causas que tiveram certos efeitos no passado continuarão tendo os mesmos efeitos no futuro, o que nos permite fazer inferências seguras acerca da ocorrência de eventos ainda não observados. (Junges et al., 2011)

Isto quer dizer que, na ausência de novos fatos sobre um evento regular, então manteríamos a crença na regularidade da natureza, pois, não teríamos nenhum motivo para o julgamento epistêmico sobre tais eventos que presenciamos. A experiência, neste sentido, se desvincula do modo que a representamos pela linguagem, sendo assim, um evento natural qualquer não irá causar a contradição da qual comentamos no tópico anterior, porque a relação de necessidade entre os eventos não é originada pela razão, e sim, pela percepção. A causalidade não estaria se referindo às qualidades que são perceptíveis, no caso, às impressões, mas na confiabilidade que é gerada pela regularidade que os eventos naturais se apresentam aos sentidos, e que qualificam as suas *causas* como necessárias aos seus *efeitos* pela experiência.

“Não há impressão ou ideia de qualquer espécie, de que tenhamos alguma consciência ou memória, que não seja concebida como existente.” (Hume, 1978, *apud* Cachel, A., 2007, p. 127).

A experiência apresenta-se como qualidades que são perceptíveis fazendo com que cada uma dessas qualidades conjugadas produza uma ideia que é, em suma, resultado das impressões. Assim, a mente estaria sempre reconstruindo, de certo modo, uma cadeia de eventos que é gerada pela percepção dos fatos. As qualidades que são associadas, por exemplo, aos diversos tipos de maçãs que são trazidas à mente pela associação dos diferentes frutos, não modificam o entendimento de que é factível que qualquer ideia que façamos dos frutos implica na ideia de frutos de uma macieira. Isso porque há uma relação de necessidade factível.

Em outras palavras, o universo da imaginação seria inteiramente composto por percepções da mente: “Odiar, amar, pensar, sentir, ver – tudo isso não é senão perceber” (Hume, 1978, *apud* Cachel, 2007,).

“Mas, para além da indicação dessa característica já tão ressaltada acerca da imaginação, Hume sustenta boa parte de seu percurso argumentativo na capacidade dessa faculdade produzir discursos mentais regulados e, mais do que isso, ser responsável pela formação de relações as quais ultrapassam as meras ligações típicas de uma associação e estabelecem conexões entre ideias”. (Cachel, 2016, p. 344)

Contudo, uma mudança no curso natural de qualquer evento não causa nenhuma contradição, porque não se segue que a asserção seguinte seja contraditória: “O sol não nascerá amanhã.” Portanto, a mudança no curso natural dos eventos é sempre plausível, mas isso não quer dizer que seja razoável acreditarmos que eventos passados vão se repetir. Sendo assim, haveria uma independência dos eventos da natureza e da constante permanência em que se apresentam. Isto é, a regularidade é causada pela mente, porque não há uma lei regular da natureza. Isso quer dizer que, haveria uma disposição da mente humana para relacionar numa regularidade os eventos que são naturais e que se tornam cognoscíveis para a percepção. Assim, a mente humana estabelece que há uma relação de necessidade das causas para o efeito, porque a partir da experiência se formaria a causalidade pela natureza do hábito, uma vez que haveria um sentimento de confiabilidade que o evento possa ser entendido por causas anteriores, e que se segue constantemente de ser percebido pela percepção.

Nesse sentido, Hume destaca que a semelhança, à contiguidade espacial e temporal e causa e efeito seriam princípios da imaginação, a partir dos quais ela daria base a relações. Tendo em vista a liberdade da imaginação, a constatação de regularidades no pensamento implica, segundo Hume, a evidência da atuação desses princípios associativos, os quais agiriam como uma força suave, mas "cimentaram" as ideias”. (Cachel, 2016, p.344)

Isso faz com que qualquer asserção, a priori seja possível no futuro, mas não seria correto aceitarmos um critério de regularidade como fato, porque sequer ele foi presenciado. De tal modo, fatos não-observados não poderiam garantir que os eventos sejam regulares, pois, como Hume sugere, a causalidade desse assentimento de confiabilidade na experiência é a própria experiência que tivemos, portanto, se assumirmos que se trata de uma condição racional, ou seja, dedutível, então teremos uma

petição de princípio, porque justificaria a causalidade a partir da experiência, e a experiência pela própria experiência (Hume, 1972, p. 41).

Sendo assim, formaríamos a crença a partir de uma disposição que não requer nenhum processo do intelecto, nenhum apelo aos raciocínios e, desse modo, não seria necessário que conhecêssemos as causas últimas dos efeitos, mas que formamos o assentimento pela natureza do hábito. Isto desconstituiu a razão como meio de acessar um conhecimento à priori sobre a experiência, porque ela não se sobrepõe em posição de necessidade da experiência factual, uma vez que o âmbito da experiência não necessita de nenhum enunciado lógico que o apreende num sistema dedutivo.

Hume entende que todas as afirmações científicas ocorreriam de ser, em última análise, um argumento circular, uma vez que interpretam a natureza dos eventos a partir da condição racional. Pela perspectiva de que entendemos a experiência, por inferirmos causas fundamentais que encontramos pela capacidade de raciocínio, então inferiríamos argumentos válidos a partir das observações empíricas. Ou seja, a dedutibilidade sobre a causalidade ao invés de entendermos que nossas crenças se baseiam pelo critério do hábito. Pois, jamais conheceremos as causas das causas (a causa última), e sim, apenas algumas causas gerais que nos guiam na compreensão dos eventos da natureza. Bolzani (2013, [29:43]) em seu vídeo intitulado ‘Empirismo e Ceticismo’ argumenta que:

Podemos fazer uma ciência pelo aquilo que é dado na nossa experiência, podemos alcançar aquilo que Hume chama de causas gerais, mas as causas das causas gerais estão além da nossa experiência e, portanto, estão no campo da arbitrariedade, porque não temos o auxílio da experiência.

Há uma passagem no livro “O Entendimento Humano de 1972 na qual Hume adota uma perspectiva de um narrador e o propósito do autor parece ser a questão de demonstrar que as associações são aceitas, porque se tornam plausíveis conforme o encadeamento dos fatos e relações de necessidade, neste sentido, é o enredo de como as coisas se apresentam que desperta na alma um sentimento de confiança.

Hume (1972, p. 23) “O historiador buscará no seu arsenal de fatos passados a conjunção que melhor se adapta, e que explicita a ficção que as relações se seguem de serem necessárias”.

A cadeia sucessiva de fatos evoca no espectador um sentimento que os fatos se seguem por *necessidade*, assim, podemos entender que as narrativas científicas e as historiográficas dedicam-se exaustivamente em encadear fatos. O encadeamento, entrelaçado dos fatos de forma amarrada e segura, causará um sentimento que servirá para analisar todas as inferências sobre os fatos não-observados.

“O interesse de Hume não é fazer uma teoria da causalidade enquanto tal, mas explicar como chegamos a adquirir nossas crenças causais, ou seja, como somos levados a acreditar, por exemplo, que um copo irá cair ao chão se eu o largar, antes mesmo de tê-lo largado. Nesse sentido, a questão que Hume investiga não é metafísica, mas psicológica. Ela diz respeito ao funcionamento da mente humana. Para Hume, não chegamos a essas crenças por nenhum raciocínio dedutivo a partir dos princípios acima, mas apenas pela experiência e pelo hábito. Ao observar que um evento de certo tipo é regularmente seguido por um evento de outro tipo, somos levados automaticamente, sem nenhuma reflexão, a esperar a ocorrência de um evento do segundo tipo ao observarmos um evento do primeiro tipo” (Junges et al., 2011)

O ponto principal seria que, ainda que tenhamos a certeza de que o Sol nascerá amanhã (ou qualquer outro evento observado), em nenhum momento a afirmação contrária que o Sol não nascerá amanhã será contraditória, porque não pode haver contradição em relação aos fatos da natureza, uma vez que nossa asserção sobre os eventos é derivada da própria experiência e não do conhecimento racional. Ou seja, podemos inferir uma regularidade do que já foi observado, mas não podemos afirmar coisa alguma sobre fatos não-observáveis, ou também sobre a causa das coisas que nos *aparecem*; regularidade da natureza.

“Isso significa dizer que as relações causais não envolvem nenhuma relação inteligível entre causa ou efeito, e esgotam-se simplesmente na existência de uma regularidade. Com isso se recusa uma tradicional concepção de causalidade que via nela uma certa relação inteligível, ou um nexos, entre causa e efeito” (Junges et al., 2011)

## 5.1 Linguagem e Pirronismo

Seria razoável que nós entendêssemos a origem e os aspectos que caracterizam esses dois termos *logikoi* e *empeirikoi*, uma vez que se referem a duas escolas médicas gregas. Estas escolas tinham posições metodológicas opostas de como o procedimento médico deveria ocorrer. Os *logikoi* acreditavam que a medicina deveria pautar-se unicamente pela reflexão racional na busca pela causa última, e assim, a experiência seria apenas uma aparência que não poderia fornecer qualquer evidência da causa geral. A análise pela razão reflexiva sobre a causalidade revelaria as causas ocultas das enfermidades e forneceria o tratamento.

Segundo os *empeirikoi* a medicina teria que não ocorrer pela inferência racional, e sim, pela experiência<sup>3</sup>. As enfermidades, desde modo, seriam compreendidas como inferências através das evidências<sup>4</sup>. Portanto, segundo esses, recusar-se-ia qualquer inferência que não fosse derivada da causalidade e interpretada pelas evidências disponíveis.

As metodologias científicas mencionadas acima podem nos oferecer um esclarecimento sobre o modo da doutrina *empeirikoi*, e quem sabe, nos oferecer esclarecimentos sobre o procedimento filosófico da atividade do pirronismo. Isso quer dizer que, para o pirrônico não seria a partir da reflexão racional que iríamos descobrir as causas ocultas dos fenômenos, e na terminologia humeana causas ocultas podem significar a *causa última*. Os pirrônicos parecem estarem inclinados para o entendimento de que a reflexão racional poderia apenas encadear os fenômenos<sup>5</sup>. Esse encadeamento dos fenômenos segundo a perspectiva humeana dependeria da formação do hábito, uma vez que, a indução passa a depender da imaginação, sendo assim, desloca-se dessa relação causal dos fenômenos o aspecto de encadeamento racional, ou seja, um sistema dedutivo que pode explicar o fenômeno no âmbito dos fatos.

Portanto, para os *empeirikoi* qualquer pretensão de estabelecer causas últimas estariam sem qualquer propensão à descoberta da verdade dessas tais causas oculta ou de procedimentos que não fossem evidenciados antes nas causas e efeitos dos próprios

---

<sup>3</sup> Observação factual das circunstâncias.

<sup>4</sup> “[...] A experiência do que aparece, o *phainómenon*, que filosofia nenhuma aliás, põe em causa.” (Silva, 2016, p. 57)

<sup>5</sup> “Servindo-me do vocabulário filosófico contemporâneo, digo que a fenomenalidade que o cético confessa não ter como recusar é o que se pode chamar de uma experiência-de-mundo.” (Silva, 2000, p. 58)

fenômenos. Nas palavras de Silva (2014, p. 60) podemos identificar como a condição de um “*nós*” se faz presente no aspecto fenomênico do “*aparece-nos*”.

Percebe-se que tanto os *logikoi* como os *empeirikoi* fazem uma asserção negativa sobre o método do oponente. Ou seja, não há uma interseção sobre os métodos, eles estavam disputando, por assim dizer, o *mérito* científico e não o mérito filosófico. Entretanto, houve uma interseção, isto é, um ponto em comum entre Sexto Empírico, herdeiro da percepção de Pirro de Elias (360 a.C – Ac. 270 a.C) e a escola médica Metódica.

A Escola Metódica caracteriza-se por escolher certas posições filosóficas que convergem de algum modo para o estudo da natureza das causas. Sendo assim, parece haver uma convergência entre o que se tornou ceticismo em *stricto senso empeirikoi*, e da suspensão de juízo que caracteriza o método cético pelo qual se alcança a ataraxia. Segundo Silva, (2014, p. 63) a suspensão de juízo é resultado da investigação filosófica do cético em relação aos aspectos filosóficos e não da experiência-de-mundo. Há uma interpretação equivocada quando interpretamos o ceticismo como se estivesse tratando da experiência-de-mundo como investigação filosófica. O método cético (a *epokhé*) torna-se um procedimento rigoroso por se tratar da cientificidade das questões práticas da vida comum, e não por propósitos filosóficos.

E, se a filosofia dogmática investe contra a vida comum, se tentar contestá-la, ou substituí-la, ela encontrará o cético militando ao lado da vida comum, fazendo-se desta o advogado (Silva, 2014, p. 60).

Contudo, o cético se depara com pretensiosas explicações filosóficas que nutrem em seus núcleos dogmas<sup>6</sup>. Ou seja, explicações sobre a natureza dos fenômenos de modo a exprimir de suas intenções particulares justificção racional. Esse modo se aproxima do procedimento efetuado pelos adeptos da *logikoi*. Ainda que, o que esteja em disputa neste momento não seja mais o mérito científico da verificação procedimental da medicina, e sim, o assentimento racional a uma ou a outra explicação dogmática. O ceticismo pirrônico é oriundo dos *empeirikoi*<sup>7</sup> e, portanto, o cético traça uma defesa em relação aos

---

<sup>6</sup> “O cético não vê como poderia a razão consistentemente aventurar-se além da empiria e transcendê-la, ele chama precisamente de dogmática as aventuras verbais que desesperadamente tentam operacionalizar uma tal transcendência.” (Silva, 2014, p. 61)

<sup>7</sup> “Sobre tal base apoiadas, eles constroem suas previsões e produzem seus ensinamentos, visando o que é útil e benéfico para os homens. E, Sexto, que era médico e ligado a chamada escola Metódica, uma

dogmatismos gerados pela pretensão racional dos filósofos. Isso quer dizer que, o método cético não está tratando dos fenômenos enquanto *páthos*<sup>8</sup>, desta forma ele não colocará a experiência-de-mundo como objeto de sua análise. E sim, irá demonstrar através de outros modos que as explicações dogmáticas se tornam indefensáveis, visto que sempre é possível ter uma posição dogmática oposta e, mesmo assim, ambas são equipotentes em suas razões. Portanto, anulam-se em força igual. O cético, então, sugere fortemente que o assentimento desejado pelas teorias dogmáticas não alcança mérito racional. Parece-nos que seria necessário que façamos uma compreensão sobre o que pretendemos extrair do discurso quando falamos em nome do pirronismo.

Primeiro: Um cético é aquele que não duvida da experiência-de-mundo (*phainómenon*), pois, assevera possuir uma compreensão racional da experiência. Isto é, um *empeirikoi* recusaria facilmente a psicologia como possuidora de mérito científico, neste ponto, Hume seria atacado, porque se identifica no aspecto dogmático de uma explicação a favor de uma tese que sem auxílio da evidência, é apenas uma tese racionalista. Sendo assim, Hume não trata da experiência de um *nós* no mundo, e sim, de como um indivíduo particular se vê no mundo e da relação da operação da mente perante a vida comum.

Segundo: O cético é aquele que acredita que o fenômeno é regular (causalidade). Ou seja, tem uma asserção sobre a causa e infere o efeito, desde que a experiência lhe guia nesse aprendizado, isso quer dizer que, a petição de princípio apontada por Hume é exatamente o critério cético pelo qual ele recusa o dogma e, portanto, recusa a sistematização da linguagem como critério de conhecimento, pois, concede a experiência, porque essa exige dele um procedimento inteligível de acordo com os fatos (*empíria*). Podemos concluir que, o que chamamos de “cético” é uma face do procedimento *empeirikoi* que, portanto, é o procedimento científico. Os *empeirikoi* não estavam disputando teorias filosóficas, e sim, quais práticas deveriam ou não receber mérito científico. Agora, se nos distinguirmos os *empeirikoi* dos céticos, podemos propor que: os primeiros asseveram a verdade sobre o fato, pois, acreditam que a experiência-de-mundo é o fenômeno e que há regularidade (causalidade). É por esta razão que inferem os procedimentos das práticas médicas. Já

---

das ramificações do movimento da Medicina Empírica grega de sua época, não hesitava em comparar a prática filosófica do ceticismo à metodologia empírica da medicina (cf. H.P.I., 236-241 apud Silva, p. 60-61).

<sup>8</sup> *Páthos* significa o sentir evocado pela experiência (Silva, p. 57) Aquilo que aparece.

os céticos não questionam a experiência do fenômeno, isso quer dizer que eles seguem os *empeirikoi*. Contudo, no campo da explicação filosófica, ou seja, da sistematização da linguagem, exclui-se o caráter factual dos *empeirikoi*. O cético não assenta em nenhuma explicação dogmática, porque para ele a linguagem não possui aspectos correlacionados ao fenômeno e a causalidade. A linguagem é um modo de unificar o *eu* em nós, num relato do *phainómenon* que não contém pretensões dogmáticas de explicá-lo em *si mesmo*.



## 6. David Hume: *Empeirikoi* ou Cético Pirrônico?

Partindo da concepção que os céticos pirrônicos se referem aos sistemas filosóficos e não a doutrina médica, então estes pretendem alcançar a *ataraxia* por recusar qualquer dogma filosófico. Os *empeirikoi*, ao contrário dos céticos são aqueles que assentem ao dogma, uma vez que concedem para a doutrina médica as evidências que são geradas pela causalidade. Disso resulta que o cético se diferencia dos *empeirikoi*, porque ele adquiriu um método para a suspensão de juízo. Tal procedimento se desenvolve no interior dos dogmas daqueles que proferem uma atitude *logikoi*<sup>9</sup> sobre os fenômenos<sup>10</sup>.

Há, portanto, diferenças entre a doutrina *empeirikoi* em comparação à cética *empeirikoi*. A primeira defende que a causalidade deve guiar a vida humana, porque não há outro meio pelo qual podemos interpretar os fenômenos. Nisso consiste, por exemplo, que as evidências constantes sobre aquilo que aparece são encadeadas pelo uso da razão que podemos inferir, desde que, a experiência se apresenta de forma regular. Sendo assim, o que podemos inferir são as causas seguidas dos efeitos que se constituem por repetição como evidência. Entretanto, para os céticos *empeirikoi* não se trata sobre filosofar sobre a doutrina médica, porque não faria nenhum sentido questionar o *phainómenon* (experiência-de-mundo) para alcançar a *ataraxia* (suspensão juízo). Pois, tal questionamento refutaria a doutrina médica e os benefícios que são alcançados pelos procedimentos e estudos de casos. Nesse sentido, o **objeto do ceticismo é negar o aspecto discursivo teórico do uso da linguagem num sistema filosófico ou do senso comum, desde que, essa pretensão seja manifestada a favor da autoridade da razão** e de seus pressupostos epistêmicos<sup>11</sup>.

**Deixado o dogma de lado**, somente o mundo da vida, o mundo dos homens, sou apenas um destes. E uns com os outros **nos comunicamos sobretudo pela linguagem e falamos do mundo**. A experiência do se faz **intersubjetiva**. O fenômeno cético não alenta nenhum solipsismo<sup>12</sup>, nem mesmo metodológico. Nem se

---

<sup>9</sup> Lógos, nesse sentido, refere também ao uso da linguagem como sistema dogmático.

<sup>10</sup> Posições contrárias possuem justificação dentro do sistema filosófico a qual fazem parte e, portanto, os dogmas opostos anulam-se, porque resultam em equipotentes.

<sup>11</sup> Lógica, geometria, ontologia, metafísica etc.

<sup>12</sup> Doutrina segundo a qual só existem, efetivamente, o eu e suas sensações, sendo os outros entes (seres humanos e objetos), como partícipes da única mente pensante, meras impressões sem existência própria.

abre espaço para um sujeito, somente para o ser humano no mundo. O cético passa espontaneamente do “aparece-me que” para um “parece-nos que”. A consciência de “nós” é, digamos assim, imediatamente vivida na experiência do fenômeno. (cf. H.P. I, 203 apud Silva, 2014, p.59-60 grifo do autor)

A Hume foi atribuído um “ceticismo” “empírico”. As doutrinas filosóficas anteriores à tese humeana davam mérito às doutrinas filosóficas *logikoi*. No entanto, Bolzani (2011, p. 98) “Hume propõe que o conhecimento deveria ter base *empeirikoi*, pois, caracteriza-se como uma doutrina que visa determinar os limites da investigação metafísica”. Isto é, Hume acabará por desenvolver uma tese na qual o conhecimento humano não se encontra num racionalismo cartesiano. Ou seja, o conhecimento factual dependeria de uma natureza originada pela crença na experiência pelo hábito.

A tese humeana pretende analisar o processo mental sobre aquilo que a própria mente pode conceber como conhecimento. Há, assim, uma semelhança entre a tese que Hume desenvolve e as doutrinas *logikoi* e *empeirikoi*. Isso porque as teses gregas sobre o mérito científico acreditavam que haveria condições necessárias e, assim, tornar-se-ia razoável sistematizar as causas e os efeitos descrevendo-as numa correspondência aos fatos. A diferença dogmática das teses está na compreensão de como Hume entende o conceito de hábito e de como os *logikoi* e os *empeirikoi* entendem o conceito de razão. Isso quer dizer que, a *razão* em Hume deve ser desconsiderada, porque não oferece bases seguras para o assentimento da crença sobre fatos. Ele argumenta que o conhecimento depende do hábito, e a razão não participa desse processo de associação das causas aos fenômenos, porque depende da imaginação que as une. Já para a doutrina *empeirikoi* a razão torna-se faculdade de associar causas e efeitos mediante a experiência, portanto, a causalidade é consequência da capacidade de analisar os fatos retirando uma regularidade em que esses *aparecem* como associativos. Em contraponto temos os *logikoi* que acreditam que a razão possa conceber causas metafísicas aos fenômenos.

Ainda que tais teses manifestem cada um seu dogmatismo, Bolzani (2011) salienta que “Hume se opõe a doutrina *logikoi*, porque sua doutrina filosófica apresentará como condição o hábito.” Na perspectiva humeana o hábito pode ter uma **aproximação** com a corrente *empeirikoi*, porque argumenta que a conexão necessária para tal relação é gerada a partir da *constante repetição* de uma causa para um efeito, isso é, eliminando, desse modo, a necessidade de um compromisso metafísico.

Uma das questões que se levanta aqui é: “Aquilo que chamamos por pirronismo possui método?” O que entendemos, é que, o cético pirrônico não possui uma linguagem sistematizada pela qual visa argumentar significados universais e encadeá-los pela razão, e sim, demonstra que os sistemas que pretendem explicar filosoficamente a natureza das coisas em *si mesmas* falham. Isso porque há oposições que são igualmente razoáveis e, sendo assim, deveríamos inferir que não estamos em condições de escolher racionalmente quaisquer das posições disponíveis.

Essa conclusão coloca o pirrônico em *ataraxia*. Ou seja, sobre aquelas coisas que não são fenômenos, não podemos inferir que se trata de mérito filosófico. Isso porque, independente dos dogmas que são gerados no interior dessas teses, em nada esses modificam a vida cotidiana do homem comum e suas crenças na experiência, porque estes estão sem o auxílio da linguagem e, portanto, resta-lhes a certeza de um fenômeno cognoscível antes mesmo de haver uma sistematização da linguagem. Ou seja, a suspensão de juízo é o resultado da oposição aos próprios métodos que são sustentados pelos filósofos e que nutrem teorias dogmáticas que sistematizam a linguagem ordinária em um valor de verdade como equipotentes aos fatos (fenômenos).

O cético não possui método genuinamente próprio, ele utiliza do arsenal teórico disponível na busca pela verdade. Porém, ele depara-se com a inevitável suspensão de juízo originada pela busca de tais dogmas, uma vez que, posições contrárias anulam-se. Estar em *epokhé* é um procedimento racional e não um método. Assim, não há pretensão, por parte do cético, em explicar coisa alguma, este não busca o mérito filosófico, porque não é possível alcançá-lo. Ele apenas relata que tais teses dogmáticas parecem querer esconder que, em suma, elas não podem explicar as coisas.

Se houver uma aproximação dos *empeirikoi* para a tese humeana. Então, de fato, é porque ambas sustentam que a experiência gera as condições necessárias para o conhecimento humano. Sendo assim, se por princípios estamos assumindo as causas das causas dos efeitos que nos *aparecem*, e tais princípios não seriam cognoscíveis na experiência, então não seria prudente assumir precipitadamente estes como possíveis para explicar os fenômenos.

Assim, teríamos um limite cognitivo da razão semelhante ao método dogmático *empeirikoi*, pois, estaríamos na esfera das aparências (*Phainómenon*). Hume, então assumira que o método científico apenas poderia ter mérito *se, e somente se*, pautar-se pela experiência, descrevendo e encadeando os fenômenos a partir da

constante conjunção das causas seguidas pelos efeitos, sem jamais ser possível afirmar no âmbito dos fatos que qualquer proposição factual seja contraditória. Isso porque no âmbito dos fatos não temos contradição, uma vez que, ainda que sejamos forçados a acreditar pela força do hábito, por exemplo, que as canetas caem pela ação da gravidade, e que o sol nascerá amanhã, as causas fundamentais dos eventos que nos aparecem podem mudar sem qualquer conhecimento humano acerca do que podemos conhecer desses. Isso produz uma mudança no curso natural da experiência e seríamos forçados mediante a força do hábito para as novas conjunções do que nos aprece. O conhecimento humano deve ser conduzido pela experiência que lhe aparece, inferindo das causas os mesmos efeitos pela natureza do hábito. Desta forma, a tese humeana se aproxima, assim, da **doutrina dogmática** médica *empeirikoi*.

## 6.1 David Hume e o Pirronismo

O texto pretendeu fazer uma breve apresentação da abordagem sobre a tese humeana, uma explanação sobre as escolas médicas gregas e, então, relacioná-la para um entendimento sobre o pirronismo.

Verificamos que a doutrina *empeirikoi* não traz dúvida sobre a causalidade dos fatos. Nesse sentido, há um comprometimento epistêmico, pois, independentemente de como descrevemos a causalidade, o fato por *si mesmo* é universalizável. E, portanto, perverter o entendimento do fenômeno anularia completamente o entendimento acerca do mérito científico. Ou seja, que somos capazes de nos comunicar através do fenômeno, uma vez que esse *aparece-nos*.

A universalidade é a causalidade no procedimento científico da medicina e, do mesmo modo, tal como nos eventos da natureza. Ou seja, enquanto na doutrina médica a questão da experiência tornava-se importante por questões práticas de como proceder com enfermidades e possíveis tratamentos, as questões acerca da natureza eram tomadas por regularidade. Por exemplo, Hume sugere que o hábito é quem sustenta a crença que o sol nascerá amanhã, e para os adeptos da doutrina *empeirikoi* o hábito equivale a inferência racional, porque até aquele momento não haveria nenhuma outra evidência científica que sustentasse uma possibilidade contrária.

Sendo assim, se os *logikoi* sustassem, ainda que não haja nenhuma evidência, que mesmo assim, seria possível que o sol não nascesse amanhã, então, haveria um impasse teórico. Uma vez que, como a experiência pode ser colocada em dúvida se, em *si mesma*, não nos ofereceu evidências contrárias? Deste modo, ainda que fosse possível conceber hipoteticamente o fim do sol ou prever que um dia o sol não existirá, isso não quer dizer que não teríamos certeza de que amanhã ele não retorne, visto que, todas as evidências sugerem que amanhã ela retornará, então, não faria sentido se comprometer com uma crença contrária a experiência.

A insistência de quem argumentasse contra as evidências iria implicar em demência, porque não há nenhuma indicação que o curso do evento sofrerá mudanças. Ou seja, buscar as causas últimas que nos aparecem como fenômenos é um abuso da linguagem, porque ninguém poderia inferir, segundo Silva (2014, p. 57) e, também Hume (1972, p. 34) que há como alcançar a causa última. Hume diria apenas que conseguimos ter causas gerais, e que elas nos permitem um modo de entender, e essas

causas gerais permitiriam serem entendidas como mérito alcançado por teses científicas.

Segundo esse modo de entender da doutrina *empeirikoi* podemos verificar a ideia de um nós que nos entrelaçam uns aos outros, criando uma rede de significados que são aceitos e compartilhados sem qualquer questionamento ou dúvida. Isso porque ninguém duvidaria dos objetos que são cognoscíveis universalmente pela experiência. Isso é, se alguém produz uma descrição sobre a experiência que não seja compartilhada por nós, então, a descrição não contém significação e não é objeto da experiência. O exercício da subjetividade para a compreensão da causalidade na perspectiva da doutrina *empeirikoi* não pode conter significado numa atitude de demência, já que inferir causas das causas é nada mais do que uma atitude de quem não compartilha do mesmo fenômeno. E, portanto, não pode estar no exercício da racionalidade.

Segundo o pirronismo estes partem dos usos dos *métodos* filosóficos ao invés dos processos que caracterizam a *doutrina* científica. O uso das teses dos adversários pode ser caracterizado como a tentativa de encontrar (testar) a causa última distal das coisas – a verdade. Assim sendo, no campo do discurso o conceito de verdade é equivalente ao conceito de fato. O discurso filosófico pretende aprofundar-se no fato extraindo as causas últimas dos fenômenos através de emaranhados argumentos linguísticos. O pirrônico aceitará todas as teorias filosóficas como verdadeiras, e a sua “investigação” buscará compreender as causas distais das diferentes filosofias. A pretensão é extrair uma filosofia universal que seja compartilhada, ou seja, grosso modo, o pirrônico busca entender o fenômeno e não apenas apreciá-lo. Esse irá conceder, inicialmente, que quaisquer que sejam os princípios ofertados por teses confrontantes, estes não compartilham de um entendimento universal sobre a causa última das coisas e nem do modo de descrevê-la. Na falta de uma uniformidade teórica que explica as causas e na falta de evidências não poderia, o pirrônico, decidir para qual das teses concederia o mérito filosófico. Isso porque todas as investigações filosóficas resultam numa tentativa inconsistente para com as demais teses que são contrárias e, portanto, não fariam jus à razão do pirrônico alegar mérito para a causa última sem que seja possível que o entendimento sobre essas mesmas causas não seja compartilhado e verificado pela universalidade dos homens. O pirronismo abandona a tentativa filosófica de buscar a verdade. Para o pirrônico parece infundada a busca

pela verdade universal, pois, no campo do discurso teórico, posições contrárias estão justificadas em seus dogmas. Fazendo com que não sejamos capazes de decidir racionalmente para qual deveríamos conceber o mérito filosófico, já que o ato de escolher uma das posições resultaria no abandono de uma racionalidade crítica. Portanto, a crítica pirrônica não está direcionada para a experiência, porque o cotidiano é universalizado num *nós* que é independente de qualquer sistematização filosófica sobre a causalidade. Isso quer dizer que, a “inferência racional” que o sol nascerá amanhã faz sentido se, e somente se, aceitarmos que há princípios lógicos que nos auxiliam a descrever a experiência-de-mundo. Na ausência de uma explicação filosófica para a causalidade, então, o que temos são as evidências que nos asseguram o entendimento sobre o curso da natureza. Ou seja, o pirrônico não alega que a mente produz regularidade, nem que a causalidade é originada pela conjunção e pelo hábito articulada pela imaginação. Ele acredita que é a capacidade racional que associa as causas aos efeitos, porque não é razoável acreditar que a caneta não cairá ao chão, e que o sol não nascerá amanhã até que surja novas evidências. A inferência racional do pirrônico é justificada, uma vez que não temos nenhum outro modo de conceber a vida sem que estejamos amparados pela nossa capacidade racional de entendermos o fenômeno. Isso é, se para Hume argumentos sobre fatos caem em petição de princípio, para os pirrônicos, esses sequer aceitam princípios que reduzem a experiência num sistema dogmático.

## 6.2 Cético: *Empeirikoi* ou *Pirrônico*?

A palavra “cético” tornou-se caricata sugerindo alguém que nega a experiência-de-mundo, e a coloca em dúvida constante. Almejamos examinar essa concepção e acreditamos que não procede com o que identificamos como pirronismo.

Primeiramente devemos lembrar de um aspecto central da doutrina *empeirikoi*. Estes últimos se dizem dogmáticos, uma vez que alegam conhecer os fenômenos a partir das evidências que são geradas pelo próprio evento, desta forma, a doutrina *empeirikoi* distancia-se do que caracteriza o exercício da racionalidade pirrônica, sendo que, neste caso, não estamos mais tratando do fenômeno, e sim, da linguagem.

O pirronismo busca demonstrar, não o limite da racionalidade humana tal como Hume propôs, pois, há uma distância significativa que separa as teses. A tese humeana procurou demonstrar que a causalidade é originada pela constante repetição das causas aos efeitos, e que a experiência constante estabelece na alma humana o hábito sobre o fenômeno. Segundo Hume:

Temos dito que todos os argumentos referentes à existência se fundam na relação de causa e efeito; que nosso conhecimento daquela relação provém inteiramente da experiência; e que todas as nossas conclusões experimentais decorrem da suposição que o futuro estará em conformidade com o passado. (Hume, 1972, p. 39)

Todo o nosso conhecimento de fato é derivado da regularidade da experiência. O que o filósofo escocês propõe é um entendimento sobre o fenômeno. Contudo, Hume se mantém dentro do pressuposto dogmático, uma vez que ele mesmo comenta.

A outra espécie não possui um nome em nosso idioma e na maioria dos outros, porque, suponho, somente com fins filosóficos era necessário compreendê-las sob um termo ou nomenclatura geral. Deixa-nos, portanto, usar um pouco de liberdade e denominá-la impressões, **empregando esta palavra num sentido de algum modo diferente do usual.** (Hume, 1972, p. 16 grifo do autor)

Ou seja, o entendimento filosófico da tese humeana sistematiza o fenômeno dentro do arcabouço linguístico.

Já para os pirrônicos a experiência sequer é tratável no campo da linguagem. Tratar a experiência compartilhada da vida comum dos homens é sinal de demência intelectual, porque encontramos fundamentos que não são cognoscíveis a percepção



empírica e, portanto, se tornam dependentes de articular os argumentos metafísicos. Nesse sentido, o pirrônico diria que ninguém seria capaz de afirmar que a percepção humana não seja raptada pelo fenômeno.

Tanto o pirrônico como Hume aceitam que o fenômeno estabelece a causalidade. Entretanto, é importante lembrar que, apesar de convergirem nesse pressuposto, de que a experiência é o guia da vida dos homens, ainda assim, há um ponto disruptivo. Para o pirrônico a causalidade depende da inferência racional. Ou seja, apenas aceitamos a veracidade sobre fatos não-observados, porque se os negássemos exterminaríamos com as práticas da vida cotidiana. Isso quer dizer que, o pirronismo parece entender que a inferência indutiva sobre fatos não-observados não se trata de hábito como o pressuposto humeano, mas que a inferência indutiva nos oferece, a cada dia, a possibilidade de realização dos afazeres da vida, do cultivo do campo até o matrimônio. Os pirrônicos são conscientes que a natureza do fenômeno não pode ser compreendida, apenas apreendida sobre aspectos práticos da vida. Ou seja, não podemos saber qualquer veracidade sobre fatos ainda não-observados, mas isso não deve ser um impedimento para que os homens não continuem a inferir racionalmente o que devem fazer diariamente para alcançarem a realização humana.

Hume pensa que a cognição humana contém modos operantes nos quais usamos para construirmos nosso arcabouço psíquico. As ideias complexas são originadas pelas ideias simples. Toda ideia simples surge por uma *impressão*. Assim, as ideias complexas originam-se por ideias simples que foram conjugadas. Por exemplo, a impressão é uma experiência fenomênica, enquanto a ideia é a reconstrução dessa experiência. Desse modo, podemos reunir as qualidades de diferentes fenômenos, e assim daremos origem a uma ideia complexa. O hábito é quem relaciona duas impressões, e as inferências ocorrem no campo da imaginação, porque é forjada pelo hábito para crermos na causalidade, então fatos não-observados se seguem de causalidade porque, necessariamente, passamos a ter a causa relacionada a um efeito, e não mais dissociamos a causalidade que é apreendida através da experiência. A intenção de Hume é dissociar o aspecto racional na construção da causalidade. Nesse sentido, as práticas da vida cotidiana dependem da crença na regularidade da natureza. O ponto disruptivo seria, então: Para os pirrônicos não há como aceitar sequer que há *regularidade*, pois não somos capazes de articular sistematicamente um dogma sobre a experiência. Segundo Silva (cf. A.M. VIII, 157-158: II, 102 *apud* Silva, 2014) “E, se a filosofia dogmática investe contra a vida

comum, se tentar contestá-la, ou substituir-se a ela, ela encontrará o cético militando ao lado da vida comum, fazendo-se desta o advogado”. Pelas razões apresentadas, Hume é um dogmático como os adeptos da doutrina *empeirikoi*. Eles defendem que o racionalismo (doutrina dogmática *logikoi*) não é capaz de explicar as causas últimas. Nisso consiste que tanto a tese humeana como a *empeirikoi* convergem num dogma científico factual, porque acreditam que são capazes de explicar as causas últimas do fenômeno, para Hume o *hábito* e para os *empeirikoi* a *experiência*.

A questão real do pensamento de Hume não é como refutar esse tipo de argumento cético, mas explicar como é possível que continuemos a acreditar apesar de tais argumentos. Na realidade, sua própria teoria é perfeitamente ajustada para tal explicação e ele até alega que a questão de enfatizar o argumento cético é confirmar seu discurso de crença como um ato da parte sensível da nossa natureza. O fato de que as crenças não podem ser destruídas por simples ideias e reflexões mostra que essas não são um ato exclusivo da razão, mas que consistem em alguma sensação ou maneira peculiar de concepção. Se a crença fosse, então, um simples ato de pensamento, então se destruiria e terminaria numa completa suspensão de julgamento. (Souza, 2013, p. 68)

O pirrônico é aquele que não discursa sobre a experiência, e sim, busca confrontar qualquer doutrina dogmática de cunho filosófico que tenha a pretensiosa ambição de apreender o *phainómenon* num dogma. Portanto, se David Hume é um cético, então certamente não é um cético-pirrônico, mas um cético-*empeirikoi*.

## CONCLUSÃO

Espero ter encontrado uma aproximação entre Hume e a doutrina *empeirikoi*, de modo que, o pirrônico se difere deles por não tratar a experiência como pré-condição para a Verdade. Isso quer dizer que, segundo Hume, nós temos uma disposição natural para encontrarmos regularidade através de um processo mental de associação que depende do hábito e da imaginação. O processo mental no qual estamos submetidos fornece a nós a certeza pela qual existimos. Ou seja, não duvidamos que o pão continuará a nos alimentar amanhã, do mesmo modo que continuamos a crer no futuro em todos os aspetos da vida cotidiana. Ainda que o ceticismo pirrônico se volte para a vida cotidiana, para a experiência, para o relato do fenômeno, contudo, o pirrônico não dogmatiza a experiência a fim de extrair alguma condição sobre o fenômeno, ou sobre a disposição acerca da natureza dos processos mentais. Hume é cético por rejeitar a razão um privilégio epistêmico, mas é dogmático por crer ter encontrado um fundamento para explicar a relação de causalidade e fundamentar alguns princípios de associação. Portanto, Hume trata de um modo de justificação epistêmica, ainda que, rejeite o racionalismo em prol de um empirismo.

## 7. REFERÊNCIAS:

CACHEL, ANDREA, 2007. Crença no mundo exterior: um diálogo entre Hume e Berkeley, Filosofia na USP.

CACHEL, ANDREA, 2016. **Ensaio sobre a filosofia de Hume**, Coleção Rumos da Epistemologia, vol. 16.

AGUIAR, ROBERTO, TÚLIO XAVIER DE. 2013. A objetividade das leis da natureza na tradição empirista: de Hume a David Lewis.

BERKELEY, G. 1992. **Tratado sobre os princípios do conhecimento humano**. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural.

BICUDO, I. 2009. **Os Elementos de Euclides**. 1 ed. São Paulo. Unesp.

BOLZANI, ROBERTO. 2013. **Conhecimento no Tubo. Curso Livre de Humanidades – Filosofia**. YouTube, Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=PwzuU1\\_BUIA](https://www.youtube.com/watch?v=PwzuU1_BUIA). Acesso: 15/09/2022.

BOLZANI, ROBERTO. 2011. Estratégias Modernas De Abordagem Crítica Do Ceticismo Antigo, **Trans/Form/Ação**, Marília v. 34, n. 3, p. 89-104.

CHIBENI, SILVA SENO, 2005. Hume E As Crenças Causais, **Annais das XVI Jornadas de Epistemología e Historia de la Ciencia**, Córdoba, Argentina.09. FIESER.

HUME, DAVID. 1967. **Treatise of Human Nature**. Oxford: Clarendon Press, v VII.

HUME, DAVID. 1972. **Investigação Acerca Do Entendimento Humano**. 1 ed. São Paulo. Companhia Editorial Nacional.

JUNGES, MÁRCIA JUNGES E GRAZIELA WOLFART, GRAZIELA. 2011.. **A Teoria Da Causalidade Em Hume**. **Ihuonline**, 2011. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3994-jose-oscar-de-almeida-marques>

LOCKE, J. 1959. **An Essay Concerning Human Understanding**. New York: Dover Publications.

MORRIS, WILLIAM EDWARD. 2010. "David Hume", **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2010 Edition)**, Edward N. Zalta (ed.) em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2010/entries/hume/>, acesso, 26/10/2022.

PETTERSEN, BRUNO. 2006. **A Epistemologia Natural De Quine**. Belo Horizonte, Ed. Faculdade e ciências humanas MG.

SILVA, OSWALDO PORCHAT DE ASSIS PEREIRA. 2014. **Conhecimento no Tubo**. YouTube, Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=C2G\\_DpYCyuk](https://www.youtube.com/watch?v=C2G_DpYCyuk). Acesso em: 15/09/2022.

**Curso Livre de Humanidades – Filosofia**. YouTube, Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=C2G\\_DpYCyuk&t=405s](https://www.youtube.com/watch?v=C2G_DpYCyuk&t=405s). Acesso em: 15/09/2022.

SILVA, OSWALDO PORCHAT, 2000. AINDA É PRECISO SER CÉTICO. MINAS GERAIS: CONFERÊNCIA INAUGURAL DO IX ENCONTRO NACIONAL DE FILOSOFIA DA ANPOF.

SOUZA, DONIZETI APARECIDO PUGIN, 2013. Hume Entre O Ceticismo E O Naturalismo, **Kínesis**, Vol. V, nº 09, p. 62-77. 18.

SMITH, PLÍNIO JUNQUEIRA, 1995. O ceticismo de Hume. São Paulo: Loyola, (Coleção Filosofia, 32). 330 pp. Prefácio de Oswaldo Silva Silva.

Tradução por DÉBORAH, D., Tratado da Natureza Humana. São Paulo, Edunesp, 2000.